

Dependência, autoritarismo e transição democrática no Brasil – anos 1970.

José Lindozo (José Antonio Spinelli Lindozo)

spinellih@uol.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Brasil

RESUMO

Nesse trabalho investigo a contribuição de um grupo de intelectuais oriundos da Universidade de São Paulo (USP) ao Jornal Opinião, publicado no Rio de Janeiro entre 1972 e 1977. Esses intelectuais escreveram regularmente no periódico tratando da conjuntura política, abordando em particular as perspectivas de uma transição do regime ditatorial vigente (que eles chamavam de autoritarismo ou autoritarismo burocrático) para um regime democrático. A pesquisa mapeia essa contribuição, investiga as categorias conceituais que os autores mobilizaram, discute as temáticas que animaram suas reflexões, confronta suas posições sociológicas e teórico-políticas com as de suas próprias obras contemporâneas do período, avalia sua abordagem frente à dos autores clássicos e contemporâneos, incluindo-se aqueles citados em seus artigos, e faz um balanço crítico de sua démarche no que diz respeito ao tema central de suas discussões: o da construção, a partir de um “regime autoritário”, de uma ordem democrática autêntica, capaz de expressar a vontade do corpo de cidadãos. Nesse sentido, vamos identificar nas matérias coletadas a problemática de cada articulista e verificar seu substrato teórico e as categorias analíticas que utilizam, dando relevo a categorias estratégicas para a análise e interpretação da realidade brasileira e latino-americana, como capitalismo dependente, democracia liberal, democracia participativa, ditadura, autoritarismo, autoritarismo-burocrático e outros. Nossa hipótese central é que esses intelectuais travaram um combate teórico-político e ideológico contra a estratégia liberal-conservadora e elitista do regime e propuseram uma saída que apelava tanto às elites (empresários, militares, dirigentes partidários) como aos segmentos populares e de classe média para arquitetar um novo bloco de poder com uma base social mais alargada, com protagonismo popular mais direto, porém sem romper decididamente com a pauta do liberalismo político. Nesse sentido, independentemente de suas intenções, seus aportes contribuem para a continuidade da hegemonia burguesa em nosso país sob bases intelectuais renovadas. Obviamente há diferenças marcantes mesmo entre o pequeno grupo de articulistas uspianos aqui selecionados no recorte da pesquisa: desde um F. H. Cardoso que defende uma pauta liberal de corte mais clássico; um Weffort, que assinala a necessidade de incorporar a classe trabalhadora urbana organizada nos processos de formação da vontade coletiva; um José Álvaro Moisés, que propõe de forma mais clara a adoção dos princípios da democracia participativa; e finalmente um José Augusto Guilhon Albuquerque, que se

preocupa com a representatividade social dos partidos políticos então existentes (Arena e MDB, tolerados pelo regime). Os autores mencionados fazem as exéquias solenes do ideário de esquerda dos anos 1950/1960 (“populismo”, nacionalismo, anti-imperialismo, revolução democrático-burguesa, socialismo) sem apontar a possibilidade de ir além da democracia liberal, retirando do horizonte o espectro incômodo da revolução socialista.

ABSTRACT

In this research work, I investigate the contribution of a group of intellectuals from the University of São Paulo (USP) to the *Jornal Opinião*, published in Rio de Janeiro between 1972 and 1977. These intellectuals regularly wrote in the newspaper dealing with the political conjuncture, approaching in particular the perspectives of a transition from the prevailing dictatorial regime (which they called authoritarianism or bureaucratic authoritarianism) to a democratic regime. The research maps this contribution, investigates the conceptual categories that the authors mobilized, discusses the thematic that animated their reflections, confronts their sociological and theoretical-political positions with those of their own contemporary works of the period, evaluates their approach to that of the classic authors and contemporaries, including those cited in his articles, and make a critically reviews of his march concerning to the central theme of its discussions: that of the construction, from an "authoritarian regime", of an authentic democratic order, capable of expressing the will of the body of citizens. In this sense, we will identify in the collected materials the problematic of each articulist and verify their theoretical substrate and the analytical categories they use, giving emphasis to strategic categories for the analysis and interpretation of Brazilian and Latin American reality, such as dependent capitalism, liberal democracy, participatory democracy, dictatorship, authoritarianism, bureaucratic authoritarianism and others. Our central hypothesis is that these intellectuals waged a theoretical-political and ideological struggle against the liberal-conservative and elitist strategy of the regime and proposed an exit that appealed to both elites (businessmen, military, party leaders) and popular and middle class segments to architect a new power bloc with a broader social base, with more direct popular protagonism, but without breaking decisively with the agenda of political liberalism. In this sense, regardless of their intentions, their contributions contribute to the continuity of bourgeois hegemony in our country under renewed intellectual bases. Obviously there are striking differences even among the small group of Uspsian writers

selected here in the research cut: from an F. H. Cardoso who defends a liberal agenda of more classic cut; a Weffort, which points out the need to incorporate the organized urban working class in the processes of formation of the collective will; a José Álvaro Moisés, who proposes more clearly the adoption of the principles of participatory democracy; and finally a José Augusto Guilhon Albuquerque, who worries about the social representativeness of the then-existing political parties (Arena and MDB, tolerated by the regime). The aforementioned authors make the solemn exequias of the left ideology of the 1950s-1960s ("populism", nationalism, anti-imperialism, bourgeois-democratic revolution, socialism) without pointing to the possibility of going beyond liberal democracy, removing from the horizon the uncomfortable specter of the socialist revolution.

Palavras-chave

Regime autoritário, dependência, Brasil

Key words

Authoritarian regime, dependence, Brazil

PALAVRAS-CHAVE

Regime autoritário, dependência, Brasil

Nosso foco específico nesse trabalho é estudar a contribuição de Fernando Henrique Cardoso¹ exposta em seus artigos no *Jornal Opinião*, debatendo a perspectiva de (re)construção da democracia num momento em que a ditadura começava a perder força em setores importantes da sociedade civil e ensaiava uma retirada cautelosa, preservando privilégios e tentando rearticular o mesmo bloco de poder conservador que governara desde o golpe de Estado de 1964, fazendo concessões que sinalizassem para um Estado de Direito com democracia restringida.

Pretendemos discutir criticamente a forma como o referido articulista mobilizou determinados esquemas teóricos e políticos para abordar a estratégia de construção de uma nova democracia no Brasil a partir da crise da ditadura militar-empresarial-burocrática².

Nesse sentido, vamos identificar nas matérias coletadas a problemática do articulista e verificar seu substrato teórico e as categorias analíticas que utiliza, comparando a produção teórico-jornalística do autor com sua produção acadêmica no período aproximadamente estudado. Nessa medida, daremos relevo a categorias estratégicas, como capitalismo dependente, democracia liberal, democracia participativa, ditadura, autoritarismo, autoritarismo-burocrático e outras.

A escolha desse intelectual se justifica principalmente porque o mesmo construiu temática bem definida acerca: a) das reais possibilidades de uma transição democrática; b) do papel dos atores políticos envolvidos na trama da transição: dirigentes do regime, oposição legal, oposição clandestina, partido oficial do regime e outros; e, c) em seus artigos, o autor revela uma preocupação em qualificar a nova ordem democrática que o país deveria construir, assumindo uma postura propositiva.

Nossa hipótese central é que F. H. Cardoso travou um combate teórico-político e ideológico contra a estratégia liberal-autoritária e elitista do regime e propôs, sem romper com os cânones do liberalismo, uma saída que apelava tanto às elites (empresários, militares, dirigentes partidários, intelectuais críticos, segmentos de esquerda) como aos segmentos populares e de classe média para arquitetar um novo bloco de poder com uma base social mais alargada e com protagonismo popular mais direto. Nesse sentido,

¹ Questões de espaço nos obrigam a omitir outros autores.

² Essa designação é adotada por R. A. Dreifuss (1981) e me parece mais adequada do que “ditadura civil-militar”, regime “autoritário-burocrático” ou simplesmente “regime autoritário” (adotadas por F. H. Cardoso, F. C. Weffort, G. O'Donnell, Philippe Schmitter, Juan Linz, Alfred Stepan e outros).

independentemente de suas intenções, seus aportes contribuíram para a continuidade da hegemonia burguesa em nosso país em bases intelectuais renovadas.

De um ponto vista mais estritamente teórico vamos abordar certas categorias conceituais estratégicas para discutir criticamente o aporte do autor. Nesse sentido, não se trata de discutir abstratamente conceitos isolados, mas de apontar a problemática do autor e o conjunto de noções que mobiliza para avaliar criticamente o significado de suas contribuições. Já se disse que o *Jornal Opinião* ofereceu à oposição contra a ditadura as armas com as quais empreendeu a difícil transição para a democracia. Talvez haja exagero nesse diagnóstico, mas é inegável que o *Jornal Opinião*, congregando intelectuais e jornalistas que iam da esquerda ao campo liberal, constituiu uma frente importante e qualificada que dialogou com um público intelectualizado, majoritariamente de classe média, e deu alento à luta de resistência contra o regime ditatorial (Kucinski, 1991, Almeida, 1992, Kenski, 1990).

Opinião desempenhou um importante papel na condução da luta democrática pelo fim da ditadura e restauração das instituições democráticas no Brasil no pós-1964. Sua circulação era nacional e concorria com as principais revistas semanais daquele período, chegando a vender, em seu auge comercial, 36 mil exemplares. Um feito extraordinário para uma publicação alternativa que fazia oposição aberta ao regime.

Considerado por muitos analistas o mais importante jornal alternativo dos “anos de chumbo”, *Opinião* destacava-se por seu elevado nível cultural e o peso intelectual de seus colaboradores. Em suas páginas escreveram intelectuais, ativistas políticos, jornalistas, cientistas e outros. Figuras como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, economistas críticos, contribuíam para o jornal. Destacados opositores do regime, como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; D. Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia; o sociólogo Luciano Martins e o jornalista especializado em economia Dirceu Brisola, também foram colaboradores do *Jornal Opinião*.

O fato de ser um jornal de “frente” permitiu ao *Opinião* acolher contribuições heterogêneas no que diz respeito às posições teóricas e político-ideológicas. Obviamente há diferenças marcantes entre seus articulistas, mesmo no caso do pequeno grupo que vinha das lides acadêmicas da Universidade de São Paulo (USP). Nesse sentido, é

necessário consignar que F. H. Cardoso defende uma pauta liberal de corte mais clássico, certamente inspirado em Montesquieu e nos Federalistas.

Fernando Henrique Cardoso

Quando começou a colaborar no *Opinião*, Cardoso já tinha publicado trabalhos importantes, entre os quais, um livro originado em sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes, em que analisava as especificidades do escravismo na Região Sul do Brasil (Cardoso, 1977 [1961]), e, sobretudo, um livro de grande repercussão internacional (não necessariamente o seu melhor trabalho), em colaboração com Enzo Falletto (1970 [1969]), que reinterpretava as transformações recentes do capitalismo na América Latina, numa tentativa de superar as limitações da abordagem da Cepal e das teorias marxistas correntes.

Pelo conjunto da sua obra e de sua carreira acadêmica e política (foi sociólogo, cientista político, fundador de um partido e presidente da República) F. H. Cardoso foi, ao mesmo tempo, o teórico e o ideólogo do capitalismo dependente-associado. J. C. Reis (2001) o alinha na tradição dos pensadores que visualizam o Brasil na perspectiva da mudança, da ruptura, da modernização. No entanto, FHC também pode ser alinhado entre os adeptos da continuidade, o que o aproximaria a um Gilberto Freyre. Vejamos: após reconciliar os pares dependência/desenvolvimento e atraso/modernização, ele enfoca o "autoritarismo" como um ponto fora da curva, um desvio no processo de modernização societária, para o qual a ditadura dera sua contribuição, "aprofundando" a industrialização e consolidando uma estrutura de classes avançada. Sua recusa em usar a expressão "ditadura"³ e em reconhecer os traços fascistas da ditadura militar-empresarial-burocrática brasileira é um sintoma dessa visão de certa forma "amistosa" em relação ao regime.

Essa operação intelectual se faz, entretanto, com a mobilização de um sofisticado aparato de conceitos e noções das Ciências Sociais. Cardoso recusa a visão economicista segundo a qual há uma relação necessária entre as necessidades do processo de

³ Florestan Fernandes (1979) polemizou contra o uso do conceito de autoritarismo, contrapondo-lhe a noção clássica de ditadura.

acumulação do capital e a forma do regime político, evitando desvios economicistas como os cometidos pelo sociólogo argentino Guillermo O'Donnell (1987), para citar um exemplo. Para justificar sua recusa ele faz uma distinção entre forma do Estado e forma do regime.

Enquanto a forma do Estado diz respeito ao “pacto de domínio” que garante ao mesmo tempo a aliança das classes e frações dominantes e a subordinação das classes dominadas, a forma do regime diz respeito às regras formais que ligam as instituições políticas entre si e estabelecem os laços entre cidadãos e governantes.

Assim, uma mesma forma de Estado (capitalista e dependente, no caso da América Latina) “pode coexistir com uma grande variedade de regimes políticos: autoritário, fascista, corporativista e até democrático” (CARDOSO, 1982, p. 47). Não há dúvida de que o autor tem razão nesse sentido preciso: o capitalismo tem historicamente demonstrado grande flexibilidade no que diz respeito à forma dos regimes políticos. Isso é válido tanto para os países capitalistas desenvolvidos como para a periferia atrasada ou dependente.

Nessa medida, a democratização do regime, ou a transição para a democracia não envolveria necessariamente uma mudança das relações de produção ou do “modelo econômico” do regime. Ou, em termos mais radicais, não passaria necessariamente por uma revolução, como desejavam, até meados dos anos 1970, muitos grupos da esquerda (tanto a que pegava em armas como a que propunha um caminho pacífico). Ao contrário disso, a transição seria possível (e desejável, na perspectiva cardosiana) para colocar o Brasil nos trilhos da democracia, abrindo-se possibilidades de transformação social sem rupturas revolucionárias.

Entretanto, F. H. Cardoso vai mais longe em seu rompimento teórico com o marxismo, mesmo que se admita que o seu marxismo tinha uma composição eclética, mesclando categorias weberianas com categorias marxistas⁴. A leitura da obra weberiana por intelectuais marxistas (Lukács, Adorno, Benjamim, entre outros) é rica e complexa, variando muito nos tons. Há em Weber um tom crítico muito duro em relação à hipocrisia da ética protestante, assim como a submissão dos valores humanos ao domínio do capital e da racionalidade burocrática que são processos intrínsecos à civilização capitalista (o

⁴ O tema do marxismo weberiano tem sido objeto de análises por diversos autores, entre os quais, Michael Löwy (2014) aborda a questão do webero-marxismo, apontando as convergências entre o marxismo e o weberianismo nas obras de G. Lukács, de Mariátegui e da Escola de Frankfurt.

“desencantamento do mundo”). No entanto, esse conteúdo crítico é temperado por uma visão conservadora, que toma a racionalidade instrumental do capitalismo como “destino” e não como uma condição histórica superável (LÖWY, 2014, p. 19-20).

Acrescente-se a isso que em seus artigos no *Jornal Opinião* (e com todas as cautelas que se deve ter para com trabalhos que eram dirigidos ao grande público e enfrentavam a vigilância da censura) transparece claramente uma incorporação do paradigma funcionalista em Sociologia e do enfoque hegemônico na Ciência Política, sobretudo norte-americana, ao lado de uma adesão pouco explícita, mas inegável, à teoria da modernização. É com esse significado que a noção de classes sociais foi substituída pela de grupos de interesses; as lutas de classes por conflitos de interesses ou por representações de interesses e o Estado moderno burguês (ou a “democracia”) é concebido como uma instância neutra que acolhe e estabiliza os conflitos, e os institucionaliza, tornando-os permanentes. Tem-se, portanto, a perspectiva de uma democracia liberal sem fim.

A categoria imperialismo, tão cara ao marxismo em suas variadas configurações, é supérflua na análise de Cardoso, comparecendo raramente e de forma incidental. Não se trata apenas de um rodeio para burlar a censura, mas de uma escolha teórica e política. Teóricos da dependência, como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos, incorporam claramente a noção de imperialismo. Ele a abandona, justamente sob o argumento de que já não se trata de um entrave ao desenvolvimento. Assim, cabe apenas exercer, a partir da sociedade civil, certo controle sobre as empresas multinacionais e discutir seu papel no processo de desenvolvimento.

Em sua análise do “sistema autoritário” F. H. Cardoso (1974) lança mão da noção de “anéis político-burocráticos” para dar conta da solidarização dos interesses privados das grandes empresas multinacionais e brasileiras com os interesses da burocracia do aparato estatal e das grandes empresas estatais, convertendo-se numa aliança poderosa que substitui o pacto democrático e os partidos da democracia representativa⁵.

Esses “anéis burocráticos” ou político-burocráticos são um arranjo próprio ao capitalismo hiperdesenvolvido e expressam a aliança de interesses do capital multinacional-associado (Cardoso, 1970)) e os setores da elite burocrática dos novos aparatos estatais empresariais. Lenine (1979) já havia observado que o capitalismo

⁵ *Opinião* nº 9, A esfinge fantasiada, 01 a 08/01/1973. Vide Cardoso (1974).

monopolista, em sua fase imperialista, incrementa esse encontro de interesses entre burocracias privadas das grandes corporações e as elites da burocracia estatal.

A novidade, nesse caso, consistiria no fato de uma parte da elite estatal (a corporação militar) ter assumido diretamente o comando do Estado político, estabelecendo ao mesmo tempo uma aliança e uma competição com o setor privado. Assim, o “nacionalismo” da corporação militar, introduziria uma tensão no interior dos “anéis político-burocráticos”.

O texto jornalístico de Cardoso no Jornal Opinião comporta no geral dois momentos distintos: no primeiro, em plena era Médici, o pessimismo reponta sob um tom amargo, exibindo ao mesmo tempo uma análise crítica rigorosa do regime, apresentado como uma ditadura autoritária, burocrática, centralizada, fechada e incapaz de se autorreformular⁶. No momento seguinte (governo Geisel), Cardoso parece ver possibilidades de uma transição negociada para a democracia a partir de uma autorreforma do sistema autoritário que reintroduza o *habeas corpus*, a autonomia do Judiciário, a liberdade de informação, de organização partidária e outras.

No entanto, mesmo no caso de uma transição negociada F. H. Cardoso coloca a exigência de reformas prévias, advertindo que a institucionalização do regime não deve ser confundida com democratização. Numa clara referência à doutrina constitucionalista-liberal, na tradição de Montesquieu e dos Federalistas, ele afirma que a democratização remete “à teoria da representatividade, de autonomia e de controle dos poderes”. Os caminhos para chegar à democracia, passam pela “questão da representatividade, dos partidos, dos tribunais, dos direitos civis”⁷. Pouco adiante, escrevendo sobre a questão dos partidos e exigindo uma reforma partidária autêntica, dirá que no Estado democrático o conflito político deve ser “a expressão de choques de interesses sociais”⁸. Qualificando o regime democrático, ele repisa questões, insistindo de forma veemente que um regime desse tipo tem como premissas básicas o respeito aos direitos civis, às liberdades individuais e aos direitos de associação. O corolário disso é a divisão dos poderes em esferas autônomas, a defesa dos direitos civis a independência e autonomia do Judiciário, a restauração do *habeas corpus* e a liberdade de informação.

⁶ Opinião nº 4, 27/11 a 04/12/1972, “Uma austera, apagada e vil tristeza”. Cardoso reproduz no título do artigo uma frase de Luís de Camões.

⁷ “A democracia do professor Huntington”, Opinião nº 94, 26/08/1974.

⁸ “Reforma partidária”, Opinião nº 126, 04/04/1975.

Os pressupostos implícitos na teorização de F. H. Cardoso se harmonizam com os cânones do pensamento liberal e avançam, talvez, no terreno da social-democracia ao propor reformas que vão na direção de um capitalismo democrático socialmente mais equilibrado. A sua posição de que o Estado deveria se abrir aos conflitos da sociedade civil, de que deveria ser capaz de absorver a representação de interesses etc., pressupõe realmente uma conflitualidade social que exige canais de expressão só possíveis com as liberdades políticas que o regime tolhia. Ele também inclui em seu projeto de democratização a sugestão de ampliar a participação política. Entretanto, o discurso da participação é muito amplo e pode conter, na verdade, propostas muito distintas. Assim, F. H. Cardoso propõe o “aumento da participação e do controle popular” sobre a gestão do Estado de forma genérica, embora tenha o mérito de ao menos levantar a questão. Ainda assim, suas propostas não contemplam as pautas de uma democracia participativa.

Ao que tudo indica, o discurso participativo de Fernando Henrique tem mais intuito polêmico e retórico, do que propositivo. Tratava-se de confrontar o discurso da “nova esquerda” que pega em armas para combater a ditadura, para as quais a alternativa era socialismo ou fascismo. Para F. H. Cardoso havia uma democracia possível no interior do novo capitalismo dependente-associado, o qual era “autoritário”, mas não fascista e conservava em seu interior, em posição subalterna, mas importante, ideias e instituições características do liberalismo.

A discussão da questão da democracia por F. H. Cardoso está intimamente associada à caracterização que ele faz da sociedade brasileira e do regime autoritário, impondo sua análise conjunta. Sua concepção de democracia está mais próxima da ideia republicana de “governo equilibrado” do que da noção mais propriamente democrática de governo popular.

A noção de “conflito”, entretanto, o aproxima da versão mais democrática do republicanismo, aquela associada ao nome de Maquiavel. O Barão de Montesquieu já elaborara a noção de “governo misto”, uma forma de governo que equilibra o poder do monarca, da nobreza e do “povo” (burguesia). Daí partem os Federalistas para avançar a ideia de uma república aberta à participação popular, mas sem que esse elemento popular de fato possa deliberar ou governar, delegando tais funções a um conjunto ou sistema complexo, constituído pela instituição que viria a ser chamada “presidência imperial”, juntamente com as duas casas do Parlamento (Câmara de Representantes e Senado), e a Suprema Corte.

Cardoso e outros (Weffort, nomeadamente) são muito críticos em relação ao regime democrático do passado recente (1946-1964), chamado *populista*. O novo padrão de acumulação que começa a se gestar no período Kubitschek e se consolida com o “milagre”, dá origem a uma nova classe operária, por seu modo distinto de inserção num processo produtivo mais moderno e em relações de trabalho correspondentes. Surge, concomitantemente, um novo estilo sindical que rompe com as práticas *populistas* nessa área e dá ênfase às relações industriais e à organização pela base (Humphrey, 1982).

É preciso levar em conta que, de certa forma, F. H. Cardoso aproxima-se pela amplitude de sua abordagem, pela capacidade de generalizar, pelo hábito de referir-se ao Brasil de uma perspectiva panorâmica dessa linhagem de pensadores sociais, entre os quais se incluem um Gilberto Freyre, um Sérgio Buarque de Holanda e outros, que Carlos Guilherme Mota (1977) chamou “explicadores do Brasil”.

O próprio FHC não se autointerpreta dessa forma. A geração uspiana com a qual conviveu em seus anos de formação busca conscientemente se afastar do “ensaísmo” típico dos “explicadores do Brasil”. Em depoimento, ele disse: “A preocupação central era com o discurso científico, procurando afastar-se da ‘ideologia’, enfatizando a pesquisa empírica” (Sorj, 2001, p.14).

Sorj observa que nem sempre essa tentativa de distanciamento obteve êxito. É compreensível que a geração do “Seminário de Marx” procurasse demarcar seu território, como reconhece implicitamente Florestan Fernandes, de uma geração mais velha (Sorj, 2001, p. 18-19). Porém, é inegável que a chamada “escola uspiana” inaugurou um novo estilo de fazer ciência social, preocupado com o rigor metodológico, com a pesquisa empírica, com o uso criterioso dos conceitos, com a coerência teórica. E relativamente distanciada dos embates ideológicos que marcavam a produção dos intelectuais do ISEB ou dos “marxista-leninistas”. Isso, todavia, não os livrou da “ideologia” porque esta não pede licença para se instalar mesmo nos discursos mais ascéticos.

É assim que essa postura dos intelectuais uspianos não os poupou de absorver certos pressupostos “ideológicos” de um Sérgio Buarque e, indiretamente, de um Gilberto Freyre⁹.

⁹Veja-se o texto provocante de Jessé Souza (2015) realçando em particular as continuidades entre uma geração e outra.

Em muitos dos seus artigos Cardoso adota um tom propositivo, sob a forma de recomendações à oposição democrática, de sugestões para a reforma do regime ou, por vezes, de conselhos aos setores mais “esclarecidos” (“liberais”) do bloco no poder.

Polemizando contra o marxismo tributário dos esquemas analíticos da III Internacional e de outras correntes, assinala que a dependência não gera necessariamente estagnação econômica ou imobilismo social. Ao contrário disto, tem havido um processo real de desenvolvimento, embora contraditório.

Em “Os mitos da oposição (I)”¹⁰, primeiro de dois artigos que se tornaram célebres pela contundência em apontar equívocos de setores da esquerda, inicia observando que o desenvolvimentismo, tão execrado nos anos 1950, agora é ideologia de Estado. Tal mudança na fraseologia e na ideologia do mundo oficial e dos setores dominantes, assegura, deve ter alguma relação com o que ocorre na vida real. Mas, as oposições disso não se apercebem aferradas a mitos antigos. Para elas o divisor de águas continua a se dar entre o estatismo desenvolvimentista, de um lado, e as formas tradicionais de dominação imperialista, de outro.

O imperialismo, na visão da esquerda, tendo vencido o confronto em 1964, conservaria a estagnação, o atraso e o imobilismo social. F. H. Cardoso aponta que, ao contrário disso, temos desenvolvimento, associação entre capitais multinacionais, o Estado e empresas locais, mobilidade social no quadro de uma “sociedade aberta” e expansão do mercado interno. Tudo isso, ele não deixa de mencionar, sob a égide do capitalismo dependente e de repressão política interna.

O desenvolvimento dependente, embora seja concentrador de renda produz um “simulacro da sociedade de consumo de massas” e cria novas aspirações entre a população. A solução não seria substituir o regime vigente por outro, estatista e chauvinista, e ainda mais autoritário. Frente a este quadro, a agenda da oposição deve mudar. Propõe que se leve em conta a “ânsia de consumo” das massas urbanas e se substitua o anti-imperialismo formal pela discussão sobre a desigualdade social, a liberdade e formas de participação política.

Seguindo a mesma linha do artigo anterior, em “Os mitos da oposição (II)”¹¹, F. H. Cardoso continua criticando a oposição de esquerda, porém, em particular, no

¹⁰ Opinião nº 16, 19 a 26/02/1973.

¹¹ Opinião nº 22, 02 a 09/04/1973.

subtexto, a esquerda armada. Inicia o artigo apontando o caráter contraditório do capitalismo brasileiro. Isto viria de longe, desde a época colonial, quando o arcaísmo do tráfico negreiro, da escravidão e do colonialismo sustentaram primeiro a acumulação de capitais no período mercantil e, depois, a revolução industrial. No presente, as desigualdades sociais e regionais e a pobreza urbana e rural, se combinam com os bolsões de prosperidade urbana e a abundância que beneficia apenas alguns segmentos.

A oposição [ao regime] apostou na estagnação econômica e na imobilidade social, supondo que a miséria, o atraso do campo e a marginalidade urbana bloqueariam o crescimento urbano-industrial e a estabilidade social. Como, segundo essa visão, o capitalismo brasileiro seria incapaz de avançar e a fraqueza da sociedade civil impediria a atuação política das massas urbanas, as transformações viriam do campo e dos “núcleos políticos exemplares” que se enfrentariam diretamente com o Estado. Diante disso, sugestivamente, ele propõe “abandonar o mito da inviabilidade da participação”.

O imperialismo, assegura Cardoso, agora está associado ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Não pode ser considerado mais um fator que entrava a industrialização ou impede o crescimento do mercado interno. Neste sentido, o nacionalismo, que ainda encontra abrigo no programa do MDB e na plataforma da esquerda, é uma ideologia “de outra época”. O quadro internacional dos anos 1970 e a forma de inserção das economias dependentes na nova ordem mundial tornaram esse nacionalismo obsoleto, inadequado, sem apoio real para se constituir em alternativa política. Tanto o Estado como o capital nacional se associam crescentemente ao capital estrangeiro. E a política das grandes potências é de incentivo ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Óbvio, enfatiza, esse modelo gera novas distorções: endividamento externo, dependência financeira, tecnológica e comercial e agrava as desigualdades internas, beneficiando mais uns setores que outros.

Além disso, para Cardoso as mudanças nos anos 1970 na ordem política e econômica internacional tornaram caducas as motivações que deram origem ao regime autoritário. Essas mudanças possibilitam a armação de outro esquema de integração econômica e de formas políticas mais abertas e adequadas a uma sociedade moderna, altamente industrializada e com uma base social pluralista.

Em sua análise da situação internacional ele enquadra o Brasil em um contexto mais amplo: realinhamento econômico, com o fim dos acordos de Bretton Woods e dos

instrumentos de regulamentação do comércio mundial; degelo da Guerra Fria; questionamento da hegemonia das duas superpotências; desagregação do bloco socialista; tentativa das empresas transnacionais em se constituírem em atores políticos; fragmentação do Terceiro Mundo, em que uma parte vai constituir um “mundo dois e meio”, com alguns países do Segundo Mundo, enquanto outra parte resvala para a zona sombria de um Quarto Mundo.

Em sua visão, países como o Brasil redefinem suas posições face ao confronto USA/URSS; o equilíbrio interno de poder e os objetivos externos desses países não são os mesmos de quando a Guerra Fria tinha uma definição clara. Isso abre espaço para novas alianças em nível internacional, com possibilidades econômicas mais vantajosas para as nações periféricas. Ao nível interno, o modelo de crescimento baseado nas exportações e no “arrocho salarial”, para atrair capital estrangeiro, “fez água”, face às mudanças no comércio mundial e às pressões sociais internas. Cumpriu-se uma etapa do processo de acumulação, com o fim do “milagre”, e o governo procura reverter a economia, articulando novos mecanismos de acumulação, ou reorientando os antigos para outros setores, e delineando um programa de investimentos em bens de capital, siderurgia e setor energético. Isto exige uma “forte articulação entre indústria local, Estado e as multinacionais”.

Tais diretrizes ganhariam corpo nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que constituiu uma tentativa de aprofundar o processo de industrialização, tornando o país relativamente autônomo em bens de capital e tecnologia básica. Como se sabe, os objetivos ambiciosos do II PND foram abandonados, em virtude de dificuldades relacionadas com a recessão mundial e a crise do petróleo. Foi, sem dúvida, o último ensaio da ditadura para dotar o país dos requisitos necessários à ideologia de grandeza (“Brasil-potência”) proclamada pelos militares. A estratégia do II PND consistia em superar o subdesenvolvimento e reorientar o crescimento da economia, mudando a ênfase que vinha sendo dada desde meados dos anos 50 ao setor de bens duráveis de consumo para o setor de insumos básicos e bens de capital. Embora a equipe econômica do governo Geisel procurasse ativamente a participação do setor privado na execução do plano, a estratégia adotada privilegiava o setor produtivo estatal.

Segundo F. H. Cardoso, a campanha contra a “estatização da economia”, com grande apoio do jornal O Estado de S. Paulo, expressa um “estatismo fantasmagórico”, provindo dos “setores mais cegos do empresariado”, daqueles grupos econômicos que

não fazem mais parte dos “focos estratégicos de desenvolvimento” e tentam obter a qualquer custo “um lugar sob o sol do Estado”.

Fernando Henrique Cardoso aponta o processo de formação de um novo patamar de acumulação que traria desdobramentos político-sociais acerca dos quais não seria possível, naquele momento, fazer previsões. Entretanto, esse novo patamar de acumulação vinha se constituindo desde meados dos anos 1950 e suas implicações político-sociais eram visíveis, para dar um exemplo marcante, no novo sindicalismo do ABC paulista e de outras regiões industriais do país. Apontando para a complexidade da sociedade civil, F. H. Cardoso identifica como principal tarefa política “ajustar os objetivos do Estado aos da nação”. Para ele a nação de que se fala não é constituída apenas pelas “classes produtoras”, mas “compõe-se por um povo de trabalhadores, por uma população agrícola, por técnicos e intelectuais, por funcionários, empregados etc.”.

Para Humphrey, as limitações impostas pela legislação corporativa do trabalho imposta durante o Estado Novo foram rompidas pela própria organização dos trabalhadores durante a vigência da Constituição [relativamente] democrática de 1946, propiciando que os trabalhadores agissem com independência dos seus tutores estatais e patronais.

Entretanto, na medida em que o modelo de organização sindical permaneceu ainda assim condicionado ao corporativismo estatista e as estratégias políticas do sindicalismo submetidas ao nacionalismo capitalista, ou à perspectiva da “revolução democrático-burguesa”, os trabalhadores organizados ficaram vulneráveis à ofensiva de direita e não estenderam a organização sindical ao novo setor privado moderno, “dependente-associado”, que, assim, não se mobilizou contra o golpe de Estado (cf. Humphrey, 1982, *passim*).

A possibilidade de um “desenvolvimento capitalista nacional autônomo” ganhou foros de realidade entre os anos 1930-1950, a chamada “Era Vargas”. O curto e denso período Kubistchek sepultou esse sonho. Francisco de Oliveira (1989) teorizou essa transição numa obra pouco divulgada. O que tornou viável a reconciliação entre dependência & desenvolvimento [ou imperialismo & desenvolvimento] foi a reconstrução econômica do capitalismo pós-Segunda Guerra. Se nos anos 1945-1955 o Plano Marshall recuperou as economias europeias (e a japonesa), combatidas pelo desastre da Guerra, Juscelino promoveu o Plano Marshall à brasileira, atraindo o capital

estrangeiro para o setor de bens de consumo duráveis, utilizando a infraestrutura construída na Era Vargas (1937-1955) e investindo pesadamente na infraestrutura rodoviária e urbana que iria viabilizar a revolução do automóvel. Isso, por um lado, evidencia os limites do sonho nacionalista (F. de Oliveira diz que o capitalismo nacional era viável até 1955) e mostra que a industrialização pesada não era um óbice absoluto aos interesses do grande capital internacionalizado.

Retrospectivamente, isso daria razão a FHC quando frisa o caráter internacionalizado do desenvolvimento capitalista. Como fica demonstrado quase cinquenta anos depois da publicação de *Dependência & desenvolvimento*, o capital, dependendo das condições técnicas e políticas, valoriza o diferencial de custo dos fatores (terra, força de trabalho, sistema fiscal, juros etc.) e intensifica os ritmos do trabalho. Ou seja, por um lado, se a superexploração da mão de obra era produto do atraso do nosso capitalismo, da fraqueza do desenvolvimento capitalista interno e das próprias fragilidades da classe trabalhadora; por outro lado, o simples desenvolvimento sem democracia, embora complementasse o sistema industrial através da consolidação do departamento de bens de capital, não significaria menos desigualdade, mesmo que a sociedade fosse mais rica.

Todavia, o papel de Fernando Henrique Cardoso não pode ser subestimado. A ele (e muitos outros, embora ele o fizesse com rara elegância) coube acentuar as inconsistências teóricas das diversas correntes que dirigiam intelectualmente as lutas populares dos anos 1950/1960 e propor, em seu lugar, a convivência pacífica com a ordem capitalista-dependente, abrindo espaço para a organização e expressão dos “grupos de interesse” no terreno da democracia competitiva, enquadrada num Estado de Direito Democrático aberto às lutas das classes trabalhadoras e médias por redistribuição do produto social, sem questionar o modo de produção capitalista mundialmente constituído que, àquelas alturas, já dava sinais definitivos de que venceria o grande conflito ideológico, econômico e político da Guerra Fria¹².

Cardoso, da mesma forma que outros intelectuais da escola uspiiana que escrevem no jornal, celebra as exéquias solenes do ideário de esquerda dos anos 1950/1960:

¹²Escrevendo sobre a União Soviética, diz Hobsbawm (1995, p. 457): “Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo [...]”.

“populismo”, nacionalismo, anti-imperialismo, revolução democrático-burguesa, mas, ao mesmo tempo, retiram do horizonte o espectro incômodo da revolução socialista.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, M. H. T. (1992). *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré.

Cardoso, F. H., Faletto, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cardoso, F. H. (1977). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cardoso, F. H. (1974). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cardoso, F. H. (1982). Os regimes autoritários na América Latina. In: David Collier (Ed.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dreifuss, R. A. (1981). *1964: a conquista do Estado*. (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Fernandes, F. (1979). *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: Hucitec.

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Humphrey, J. (1982). *Fazendo o 'milagre': controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes.

Kenski, V. M. (1990). *O fascínio do Opinião*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

Lenine, V. I. (1979). O imperialismo, fase superior do capitalismo. In Vladimir Ilitch Lenine. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega.

Löwy, M. (2014). *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo.

Mota, C. G. (1977). *Ideologia da cultura brasileira; 1933-1974*. (3ª. ed.). São Paulo: Ática.

O'Donnell, G. (1987). *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais.

Oliveira, F. *A economia da dependência imperfeita*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

Reis, J. C. (2001). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sorj, B. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.